

ANEXO III – RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

As proponentes deverão apresentar documentação relativa à: Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica.

1 Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1 Documento Constitutivo:

- a) Empresa Individual: Registro Comercial.
- b) Sociedades Empresárias, exceto Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado.
- c) Sociedades por Ações: Documento do subitem anterior, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Sociedades Cíveis: Inscrição do Ato Constitutivo, acompanhada de ato formal de designação da diretoria em exercício.
- e) Empresas ou Sociedades Estrangeiras em funcionamento no País: Decreto de autorização ou equivalente, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

1.2 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.3 Prova dos poderes do representante legal para administrar legal e passivamente, judicial e extrajudicial, a pessoa jurídica.

2 Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

2.2 Cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda cópia simples acompanhada do original, da Carteira de Identidade ou documento oficial equivalente, do sócio, proprietário, dirigente ou procurador.

2.3 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, da sede da pessoa jurídica, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do Edital.

2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive perante a Seguridade Social-INSS.

2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual.

**PTI**Parque Tecnológico
ItaípuCNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
Fax. (45) 3576-7199 – www.pti.org.br

2.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal.

2.7 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

2.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

3 Documentação relativa a QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física.

4 Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Para o Lote 03: Apresentar **Termo de Indicação do(s) Profissional(is) Responsável(is) Técnico(os)**, devidamente habilitado, para execução dos trabalhos referentes aos **itens 1 e 2 do lote 3 da tabela 3.2.1** do termo de referência (fotos aéreas com Drone e Vídeos com Drone):

Comprovação de que o profissional(is) designado(s) faz parte do quadro permanente da proponente. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:

- a) Sócio;
- b) Diretor;
- c) Empregado;
- d) Profissional Contratado;
- e) Sem vínculo atual (Contratação Futura).

Para atendimento à qualificação técnico-profissional, deve ser comprovado, na data de apresentação do requerimento de credenciamento, vínculo contratual do(s) profissional(is) indicado(s) com a empresa proponente. A comprovação de vinculação dos profissionais com a empresa deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) **Sócio:** Contrato Social devidamente registrado no órgão competente em que conste o profissional como Sócio.
- b) **Diretor:** Contrato Social ou ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima, em que conste o profissional como Diretor;
- c) **Empregado:** Cópia atualizada da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contrante do profissional;
- d) **Profissional Contratado:** Cópia autenticada de contrato de prestação de serviços;
- e) **Sem Vínculo Atual:** Declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência desse profissional.

Será admitida, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, sob aprovação do gestor do contrato.

**PTI**Parque Tecnológico
ItaipuCNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
Fax. (45) 3576-7199 – www.pti.org.br

c) O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) ter conhecimentos técnicos na operação de drones e/ou equipamentos similares para serviços de fotos e vídeos aéreos, sendo a comprovação realizada por certificação de realização de curso de capacitação para o equipamento.

d) Para a operação com Drones (RPA) respeitar as instruções do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil Especial nº 94/2017 (RBAC-E nº 94/2017) da ANAC, instruções do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), (O documento chama-se ICA 100-40 e a PORTARIA DECEA No 282/DGCEA), além da Lei nº. 7.565/86 e Circular da Aeronáutica AIC N 21/10, que determina que, para operar, qualquer aeronave deve ser autorizada. No âmbito da ANAC, o regulamento tem o objetivo de que as operações passem a ocorrer a partir de regras mínimas, preservando-se um nível de segurança das pessoas e de bens de terceiros. Ao mesmo tempo, o normativo pretende contribuir para o desenvolvimento sustentável e seguro para esse segmento da aviação.

e) A norma determina que as RPA Classe 3 (Abaixo ou igual a 25 kg) que operem além da linha de visada visual (BVLOS) ou acima de 400 pés (120m) deverão ser de um projeto autorizado pela ANAC e precisam ser registradas e identificadas com suas marcas de nacionalidade e matrícula (realizada por meio do sistema SISANT). Drones dessa classe que operarem em até 400 pés (120m) acima da linha do solo e em linha de visada visual (operação VLOS) não precisarão ser de projeto autorizado, mas deverão ser cadastradas na ANAC por meio do sistema SISANT, apresentando informações sobre o operador (devem ter no mínimo 18 anos) e sobre o equipamento. O comprovante do cadastro deve ser apresentado como habilitação para utilização do equipamento.

f) Para o Lote 1, 2 e 3: Apresentar pelo menos **01 (um) Atestado ou Certificado de Desempenho**, emitido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando que o profissional indicado prestou serviços de (fotografia, impressão de fotos, fotos aéreas com drone e filmagem com drone). O atestado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I. Identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado;
- II. Identificação do profissional prestador do serviço;
- III. Descrição clara dos serviços prestados.

As informações que não constarem dos respectivos atestados poderão ser complementadas por meio de declaração, em papel timbrado da empresa, ou mesmo cópia do instrumento de contrato, se for o caso.

5. Documentação Complementar

1.2. Declaração Unificada, conforme Modelo apresentado no **Anexo V**.

1.3. Em atendimento ao Acórdão 1793/2011 – TCU – Plenário será verificada na fase de habilitação, a existência dos registros impeditivos à contratação nas

fontes abaixo indicadas:

- a) Prova de que não faz parte do Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: www.portaldatransparencia.gov.br.
Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico: www.cnj.jus.br.